



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA**

PROCESSO Nº 29.037/2018

PARECER Nº 0071/2020 - G3P

EMENTA: Pensão militar. Processo eletrônico. SIRAC. PMDF. Diligência. Cumprimento parcial. Nova diligência. Cumprimento parcial. Instrução sugere nova diligência. Parecer convergente do MPC/DF.

Retorna o presente feito que versa sobre o exame da **pensão militar** instituída pelo ex-Soldado PM **José Severino da Silva Filho**, matrícula nº 1.623-3, falecido na inatividade em 09.01.2007, em favor de **Maria José Costa da Silva (viúva)**, nos termos dos artigos 37, inciso I, 39, § 1º, e 53 da Lei nº 10.486/02, conforme extrato incluído no SIRAC.

2. Examina-se, nesta oportunidade, o cumprimento da diligência objeto da Decisão nº 1.340/2019 (Peça 19), exarada nos seguintes termos:

O Tribunal (...) decidiu: I - ter por parcialmente cumprida a Decisão nº 5507/18; II - determinar à PMDF que, no prazo de 30 (trinta) dias, adote as seguintes providências: 1) ajustar a Aba "Tempos" ao Demonstrativo de Tempo de Serviço (DTS) do militar, atentando para o fato de não serem computáveis para ATS os 1888 dias de serviço público estadual então averbados; 2) na Aba "Proventos", registrar a proporcionalidade dos estipêndios a que faz jus a interessada; 3) na Aba "Anexos e Observações", juntar as certidões que embasaram as averbações que constam do DTS aludido no subitem 1 (acima).

3. A Unidade Técnica destacou, preliminarmente, que o Controle Interno opinou pela legalidade da concessão, ressaltando impropriedades na apuração do tempo de serviço, com possíveis reflexos na proporcionalidade do benefício e no percentual de ATS, o que foi objeto de diligência.

4. Asseverou que a deliberação anterior foi parcialmente atendida. Teceu as seguintes considerações a respeito:

17. Verifica-se que o **item II-1** foi atendido a contento.

18. Por outro lado, os **itens II-2 e II-3** não foram atendidos e o descumprimento não foi explicado. A Jurisdicionada limitou-se a informar: "*Em cumprimento a Decisão 1340/2019 TCDF- A mesma foi realizada com sucesso, observando as questões apontadas, como por exemplo o fato de não serem computáveis para ATS os dias de serviço público estadual*".

19. Ademais, verifica-se que um dos arquivos constantes da Aba "Anexos e Observações" (TEMPO DE SERVIÇO JOSE SEVERINO DA SILVA FILHO.pdf) na tramitação anterior (vide PDF na Aba "Tramitação do Ato") foi excluído.

20. Assim, necessário baixar o ato em diligência interna para que a diligência plenária seja complementada e o arquivo anexado novamente.



MPCDF

Fl.
Proc.: 29037/18
Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL TERCEIRA PROCURADORIA

21. Além disso, pode-se questionar se o cadastramento foi efetuado no aniversário da pensionista, em outubro de 2019, conforme necessidade apontada no *site* da PMDF, por meio da notícia publicada em dia 22/11/18:

"RECADASTRAMENTO PARA POLICIAIS MILITARES INATIVOS E PENSIONISTAS DA PMDF (<http://www.pmdf.df.gov.br/dipc/index.php/recadastramento-de-inativos-e-pensionistas>)

O Recadastramento 2019 para policiais militares inativos e pensionistas já começou. A unidade responsável pelo cadastramento de policiais militares inativos e pensionistas na PMDF é a Diretoria de Inativos, Pensionistas e Civis (DIPC). Todos os policiais militares da reserva remunerada, reformados e pensionistas da Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF são obrigados a se cadastrar. O cadastramento é anual e ocorrerá sempre no mês do aniversário do beneficiário, com início em janeiro de 2019. Será facultado ao beneficiário antecipar o cadastramento em até 30 dias, podendo fazê-lo no mês imediatamente anterior ao do aniversário (a regra não vale para o mês posterior ao aniversário!). A partir de 2019 o cadastramento será realizado no sistema SGPOL (...). O cadastramento 2019 está sendo realizado em duas fases. (...) A primeira fase deve ser feita on-line, pelo próprio beneficiário no endereço eletrônico sgpol.pm.df.gov.br. Na segunda fase o beneficiário deverá comparecer pessoalmente na DIPC, para validar o cadastramento. (...) Aqueles beneficiários que residem fora do Distrito Federal ou fora do Brasil poderão fazer o cadastramento a distância ou por meio de procurador. Nestes casos deverão fazer prova de vida e anexar o documento no sistema via upload. (...) O beneficiário que não realizar o cadastramento anual no prazo previsto poderá ter seus proventos e a assistência médico-hospitalar suspensos. (...) Os beneficiários que estiverem acamados, internados em hospital ou impossibilitados de comparecerem na DIPC por motivo de doença, poderão fazer o cadastramento por meio de terceiros, desde que apresentem relatório médico atualizado constando tal estado. (...) Os servidores da DIPC não estão autorizados a fazerem o cadastramento para policiais militares inativos e pensionistas. O beneficiário deve preencher todas as informações solicitadas pelo sistema, na fase virtual, em casa". (grifo nosso)

5. Finalizando, a par das ponderações e conclusões anteriores, sugeriu ao **e. Plenário**, determinar à Jurisdicionada que, no prazo de 30 (trinta) dias, adote as seguintes providências junto ao SIRAC:

a) na Aba "Proventos" registre a proporcionalidade dos estipêndios a que faz jus a interessada;

b) na Aba "Anexos e Observações"

1) junte:

1.1) as certidões que embasaram as averbações que constam da Aba "Tempos"; e

1.2) cópia digitalizada do demonstrativo de tempo de serviço do ex-militar, a qual já havia sido cadastrada, mas foi excluída dessa Aba na última tramitação;

2) esclareça se a pensionista passou pelo cadastramento no SGPOL, em outubro de 2019.

6. Após este breve relato, passo à análise do presente feito, informando, preliminarmente, que atuo nos presentes autos em **substituição**, consoante o disposto na Lei nº 13.024/2014, na Resolução nº 304/2017, no Ato Normativo nº 1/2015-MPC e na Decisão Administrativa nº 46/2017-TCDF.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

7. No que se refere à concessão legada pelo ex-Soldado PM **José Severino da Silva Filho**, verifico que o direito à **pensão militar** restou demonstrado, em face do óbito do instituidor, fato gerador do benefício, aliado à comprovação da condição de beneficiária (**Maria José Costa da Silva, viúva**, mediante certidão de casamento), em consonância com os dados incluídos no SIRAC, observada a legislação aplicável, vigente ao tempo do falecimento, ancorada na Lei nº 10.486/2002.

8. Sem embargo, apesar do direito à pensão, a diligência determinada pela Corte não foi cumprida em sua integralidade, vislumbrando-se correta a sugestão de nova diligência, na forma suscitada.

9. Ante o exposto, o Ministério Público de Contas opina pelo **acolhimento** da conclusão da Área Técnica.

É o parecer.

Brasília, 17 de março de 2020.

Marcos Felipe Pinheiro Lima
Procurador em substituição